

MEC divulga nova relação de entidades civis que podem fazer indicações para a escolha de conselheiros do CNE

Em [portaria](#) publicada no dia 25 de agosto, o MEC (Ministério da Educação) divulgou nova relação das entidades que poderão indicar nomes a serem considerados para a recomposição da CEB (Câmara de Educação Básica) e da CES (Câmara de Educação Superior), que integram o CNE (Conselho Nacional de Educação). A publicação revogou a [portaria nº 396, de 2 de junho de 2022](#) – que convidou as entidades para que indicassem nomes até o dia 17 de junho de 2022.

9 mandatos terminarão no dia 7 de outubro:

Câmara de Educação Básica:

- Ivan Claudio Pereira Siqueira (não pode ser reconduzido);
- Maria Helena Guimarães de Castro (pode ser reconduzida);
- Mozart Neves Ramos (pode ser reconduzido).

Câmara de Educação Superior:

- Joaquim José Soares Neto (não pode ser reconduzido);
- Marília Ancona Lopez (pode ser reconduzida);
- Marco Antonio Marques da Silva (pode ser reconduzido);
- Maurício Eliseu Costa Romão (não pode ser reconduzido);
- Robson Maia Lins (pode ser reconduzido);

É importante que as entidades encaminhem indicações de nomes até o dia 6 de setembro.

Para se tornarem elegíveis à complementação VAAR do Fundeb , redes municipais e estaduais devem cadastrar seus currículos no SIMEC até 15 de setembro – assim como cumprir outras condicionalidades

Conforme [cartilha](#) do Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), estados e municípios terão direito a uma parcela complementar de recursos, o VAAR (Valor Aluno

Ano Resultado), se cumprirem cinco condicionalidades. Entre elas, está a necessidade de terem seus currículos estaduais e municipais alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Para que as redes se tornem elegíveis para receber o recurso em 2023, os currículos e os documentos que comprovam a sua homologação devem ser cadastrados no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle), na aba específica do PAR (Plano de Ações Articuladas) até o dia 15 de setembro. Esse é o ambiente oficial para cadastramento dos documentos.

A instrução consta em Resolução do MEC (Ministério da Educação) do dia 27 de julho. Entre março e julho, antes da Resolução acima ter sido publicada, a indicação do MEC era que os currículos deveriam ser cadastrados na Plataforma BNCC de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, do CAEd.

O ambiente continua no ar e, embora não seja mais a referência para recebimento dos recursos, continua sendo o local para armazenar os currículos, possibilitando o monitoramento da implementação da BNCC pelo MEC.

Até 30 de agosto, 4.447 referenciais curriculares tinham sido inseridos, e o prazo para inclusão, assim como no SIMEC, é 15 de setembro.

Resultado do Saeb deve ser divulgado dia 16 de setembro

Os resultados do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) 2021 devem mostrar, em 16 de setembro, que os estudantes aprenderam ainda menos do que vinham aprendendo até então. Se antes da pandemia os índices das avaliações apontavam baixa aprendizagem e diversas desigualdades, o fechamento das escolas por cerca de dois anos e as aulas remotas escancararam as defasagens. Diversos estudos e análises de especialistas indicam que os estudantes aprenderam menos neste período, mas serão os resultados do Saeb que poderão indicar com mais precisão o quanto de prejuízo precisaremos recuperar.

Como organização dedicada à promoção de uma educação de maior qualidade e equidade a partir da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, acreditamos que os resultados do Saeb devem ser analisados de forma contextualizada, considerando a pandemia, e ter um objetivo principal: favorecer a recomposição de aprendizagens e a priorização das habilidades que os estudantes têm o direito de desenvolver.

E já que analisar evidências e olhar para o futuro é fundamental, dia 20 de setembro, às 14h (horário de Brasília), o Movimento pela Base realizará uma Live com a presença Alice Ribeiro, diretora de articulação do Movimento pela Base; Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Conselho Nacional de Educação, o CNE, e presidente da Abave, a Associação Brasileira de Avaliação Educacional e Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação. Fique de olho nos nossos comunicados e programe-se para acompanhar pelo Youtube!

99,9% dos currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental estão alinhados à BNCC

Segundo [levantamento](#) realizado pelo Movimento pela Base e publicado no Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, até o dia 31 de agosto 99,9% das redes municipais brasileiras têm seus currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental alinhados à BNCC.

Apenas oito municípios ainda estão em processo de alinhamento de seus currículos, sendo eles: Camamu (BA), Pirai do Norte (BA), Uruçuca (BA), Serra (ES), Belém (PA), Areal (RJ), São Gonçalo (RJ) e Rio Claro (SP).

Saiba mais [nesta notícia](#). Em entrevista à [CBN Belém](#), João Paulo Cêpa, Gerente de Articulação e Advocacy do Movimento pela Base, falou tanto sobre a situação de Belém, única capital que não tem o currículo alinhado, como sobre os desafios da implementação da BNCC no país. Ele citou a importância da coerência educacional sistêmica, que inclui alinhamento entre currículos, formação continuada de professores, materiais didáticos e avaliações para favorecer a aprendizagem. Saiba mais sobre coerência educacional [nesta pesquisa](#).

Recomposição de aprendizagens e avaliações diagnósticas foram destaques no 9º Fórum da Undime

Recomposição de aprendizagens e avaliações diagnósticas foram temas de destaque no 9º Fórum Nacional Extraordinário da Undime, um dos principais espaços de troca entre Dirigentes Municipais de Educação, equipes técnicas das secretarias de educação e especialistas para pensar desafios e propostas para a educação pública brasileira. Também foram abordadas a alfabetização de crianças na educação infantil e no ensino fundamental, os desafios finais do ensino fundamental para a garantia de aprendizagem e o Plano Nacional de Educação.

Após 287 dias de escolas fechadas entre 2020 e 2021 ([Inep](#)), é fundamental pensar em estratégias e ações para enfrentar os desafios e as defasagens geradas pelo contexto de pandemia e, nesse sentido, a recomposição de aprendizagens e as avaliações diagnósticas podem ser grandes aliadas.

O Movimento pela Base acompanhou de perto as discussões que aconteceram no Fórum, realizado em Brasília (DF) entre os dias 16 a 19 de agosto. Em nome dos 5.568 dirigentes municipais, a Undime apresentou uma [carta](#) com pontos urgentes que devem ser considerados na definição de políticas públicas educacionais para os próximos anos. Este documento reforça o compromisso das redes de educação com a promoção, proteção e garantia de aprendizagem de todas as crianças e adolescentes brasileiros. [Saiba mais aqui](#).

99,9% dos currículos estão alinhados à BNCC

Segundo [levantamento](#) realizado pelo Movimento pela Base, até o dia 28 de julho 99,9% das redes municipais brasileiras têm seus currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental alinhados à BNCC.

Apenas oito municípios ainda estão em processo de alinhamento de seus currículos, sendo eles: Camuru (BA), Piraí (BA), Uruçuca (BA), Serra (ES), Belém (PA), Areal (RJ), São Gonçalo (RJ) e Rio Claro (SP).

O esforço das secretarias de educação e conselhos de educação nos últimos anos, inclusive no período de pandemia, já mostra seus efeitos. Os currículos alinhados orientam a adaptação dos materiais didáticos, a formação dos professores e as avaliações, influenciando a prática de sala de aula.

De acordo com o CNE (Conselho Nacional da Educação), a adequação dos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental à BNCC deveria ser efetivada no máximo até o início do ano letivo de 2020. A pandemia acrescentou muitos desafios para que o prazo fosse cumprido, no entanto, entendemos que os municípios que ainda não alinharam seus currículos devem priorizar esse processo, uma vez que esse alinhamento é fundamental para que os direitos de aprendizagem sejam garantidos a todos os estudantes brasileiros.

Um caminho para as redes municipais é realizarem a adesão aos currículos de cada estado (escolha feita por 79% das redes até agora), construídos em regime de colaboração contemplando as especificidades locais. Essa opção otimiza recursos e possibilita que outros passos possam ser dados em regime de colaboração, como adequação de materiais didáticos, formação de professores e avaliações, todos essenciais para a implementação dos currículos alinhados à BNCC.